



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639255 - SP (2021/0006031-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FABIO MANTOVAN DOS SANTOS - SP263297
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCELO DE ALMEIDA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCELO DE ALMEIDA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0000803-37.2017.8.26.0050).

O paciente foi condenado à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 13 dias-multa, pela prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, inciso I, do Código Penal.

O impetrante sustenta que o paciente preenche os requisitos para ser beneficiado com a fixação do regime inicial semiaberto, nos termos do art. 33, § 2º, "b", do Código Penal, pois é primário e a reprimenda foi inferior a 8 anos, aduzindo também que a gravidade abstrata do delito não pode influenciar na imposição de regime de pena.

Requer, liminarmente, que o paciente seja mantido no regime semiaberto até o julgamento final do presente *writ*, e fixado o modo prisional intermediário. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do

magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente